

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO- FEAACS

UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA FRUTICULTURA IRRIGADA NA
REGIÃO NORDESTE

Mirian Silva dos Santos

FORTALEZA, AGOSTO DE 1999 -1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO - FEAACS

UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA FRUTICULTURA IRRIGADA NA
REGIÃO NORDESTE

Mirian Silva dos Santos

Monografia submetida à coordenação
do Curso de Economia da UFC, como
requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

FORTALEZA, AGOSTO DE 1999

Essa monografia foi submetida à coordenação do curso de graduação em Economia da UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

<hr/>	8,5
Mirian Silva dos Santos	Média

<hr/>	8,5
Prof. Roberto Smith	Nota
Orientador da Monografia	

<hr/>	8,5
Prof. Antônio Luiz Abreu Dantas	Nota
Membro da Banca Examinadora	

<hr/>	8,5
Prof. Maria Goretti Serpa Braga	Nota
Membro da Banca Examinadora	

Monografia aprovada em 05 de agosto de 1999.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
INTRODUÇÃO	01
UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS	03
1.As políticas Agrícolas Brasileiras	03
1.1 A SUDENE e a sua Importância na Elaboração das políticas Agrícolas	06
1.2 A Década de 70 - Modernização Conservadora	08
1.3 A Década de 80 - Políticas de Preços Mínimos	10
1.4 A Década de 90 - Novas Políticas Agrícolas	14
ENQUADRAMENTO DA FRUTICULTURA NO NORDESTE	24
2. A Fruticultura no Nordeste	27
2.1 O Pólo de Fruticultura Irrigada do Rio Grande do Norte (RN)	27
2.2 A Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco	30
2.3 Desafios à Competitividade na Fruticultura	33
2.4 O Que Precisa ser Feito: Estratégias Marketing	35
2.5 Dados sobre a Produção de Fruticultura	36
A FRUTICULTURA NO ESTADO DO CEARÁ	37
3. A fruticultura no Estado do Ceará	37
3.1 Projetos de Irrigação\Açudagem no Estado do Ceará	41
3.2 Programa Cearense de Agricultura Irrigada - PROCEAGRI	44
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia ao pastor **Luiz Bezerra da Costa** “in memória” e a todos quantos me ajudaram, estando sempre ao lado, me ouvido, me aconselhando ou orando a Deus para que tudo corresse bem. Deus, os abençoe em Cristo Jesus, nosso Senhor.

Hoje, eu posso dizer: até aqui me ajudou o Senhor.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, que restaurou minha saúde, e que me dá forças para estar de pés lutando para conquistar meus objetivos.

Aos meus pais, **Antônio dos Santos e Maria da Conceição**, que me deram o exemplo de coragem, enfrentando todas as dificuldades e obstáculos sem perder a dignidade, o amor e, principalmente, a fé em Deus, sabendo que no momento certo tudo se resolveria.

Ao professor **Roberto Smith** pelo incentivo e sugestões dados na elaboração e finalização da monografia.

Aos professores **Abreu e Goretti** por participarem da banca examinadora.

Aos professores **Ivan Castelar e Euripedys Rocha** pelo incentivo e apoio no trabalho de pesquisa do CNPq.

Em especial, aos amigos **Francisco de Assis Gomes, Fabiano Pessoa, Jucilene Maria Paulo, Mirian Rebouças e José Wellington Mota** pelos muitos conselhos, incentivo e ajuda durante o curso.

E aos demais **professores e colegas** que de alguma forma contribuíram na minha formação acadêmica.

Muitíssimo abrigada! Deus os recompense! Foi bom tê-los conhecidos!

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de análise a Fruticultura Irrigada no Nordeste e no Ceará. A partir de um levantamento histórico das políticas agrícolas elaboradas pelos governos brasileiros, desde a década de 20 até os anos 90. Em relação ao Nordeste analisaremos dois pólos principais de frutas: o Pólo de Fruticultura Irrigada do Rio Grande do Norte, composto pela empresa MAISA e pela Fazenda São João; e a fruticultura irrigada no Vale do São do Francisco. Em relação ao Estado do Ceará, mostraremos suas vantagens comparativas naturais, como por exemplo: localização privilegiada em relação aos blocos econômicos, solos férteis, rios perenizados, etc. Já as vantagens comparativas adquiridas são: infra-estrutura, portos, aeroportos, importante estrutura agro-industrial, projetos de irrigação. Apresentaremos o mais novo projeto agrícola, o PROCEAGRI com seus objetivos, suas metas e período de elaboração. A partir de várias análises apresentadas neste trabalho, conclui-se, que é preciso haver um melhor aproveitamento da produção de frutas no Brasil e, particularmente, no Nordeste. O governo de uma maneira geral, precisa com urgência incentivar, entre outras coisas, a criação de programas de cursos profissionalizantes no campo; elaborar políticas específicas para a fruticultura, como por exemplo: uma política de preço mínimos e compra de excedentes de produção; aumentar a capacidade de ofertar, com maior regularidade, as quantidades demandadas pelos compradores; promover ações no sentido de eliminar barreira tarifárias e fitossanitárias; e estimular a implantação de agro-indústrias como alternativa ao mercado de frutas "in natura".

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira, apresenta hoje, uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. Só podemos entendê-la a partir dos complexos agro-industriais – com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos processadores de produtos agropecuários, isto é, a agricultura produz bens intermediários para a agroindústria processadora e não mais apenas bens finais de consumo como acontecia nos complexos rurais.

É neste contexto que se insere a fruticultura como um dos segmentos mais dinâmicos e competitivos do setor agrícola. É tanto, que no Nordeste, a fruticultura foi incluída no item renda proveniente da moderna agricultura de exportação, no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

No Nordeste as principais áreas voltadas para a fruticultura são o Rio Grande do Norte na região do Açú/Mossoró , Região do Vale do São Francisco na área do CODEVASF, sendo que o Ceará vem apresentando perspectivas de dinamismo no setor em algumas áreas de seu território mais propício para o cultivo, vinculado aos programas de irrigação gerados a partir do PERH (Plano Estadual de Recursos Hídricos).

Segundo dados da Confederação Nacional de Agricultura (CNA - 1996), podemos perceber a importância da fruticultura na geração de emprego e renda no campo, pelo simples fato de que ela absorveu 4 milhões de empregos diretos em 1996, e estudos recentes indicam que para cada R\$ 10 mil investidos na fruticultura, são gerados 3 empregos diretos permanentes e 2 empregos indiretos. Em Petrolina – PE, Juazeiro – BA e no pólo de frutas do CODEVASF a estimativa é de 20 mil a 30 mil trabalhadores diretamente vinculados à produção.

Dado o desempenho desse setor na geração de emprego, no aumento da produção e no aumento da exportação, torna-se necessário o estudo da importância econômica, e dimensão deste setor, como forma de impulsionar a economia do setor primário, estabelecer encadeamentos para frente e para trás dentro de uma concepção de rede de

produção-distribuição, tecnologia, marketing - contribuindo para diminuir o desemprego, a fome e a miséria no Brasil e, particularmente no Estado do Ceará.

Portanto, a razão da escolha da fruticultura como tema desta monografia deve-se, principalmente, ao potencial deste setor em gerar empregos, que se tornou um "bem" bastante escasso em nossos dias.

Dado a complexidade deste assunto e as dificuldades enfrentadas na coleta de dados, restringimos nossa análise ao estudo da fruticultura no Nordeste e no Ceará, fazendo um levantamento quantitativo da produção, mostrando alguns projetos de irrigação, analisando as vantagens comparativas naturais, bem como as vantagens comparativas adquiridas, particularmente, no Estado do Ceará. Analisaremos, também, algumas áreas na região nordestina que já foram irrigadas e portanto produzem frutas tanto para a comercialização na própria região quanto para a exportação para o exterior e para as outras regiões do Brasil. Portanto o objeto de estudo desse trabalho é a fruticultura, destacando-se as seguintes frutas: banana, laranja, uva, mamão, abacaxi, melão e manga.

O presente trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo faremos um breve levantamento histórico das políticas agrícolas brasileiras, mostrando sua evolução desde a década de 20 até a presente década, destacando a importância dessas políticas para o setor em estudo.

No segundo capítulo analisaremos o Nordeste com as seguintes áreas de fruticultura irrigada: o pólo de fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte e o Vale do São Francisco, observando a evolução do cultivo das frutas tropicais.

No último e terceiro capítulo analisaremos sobre os vários projetos de irrigação no Estado do Ceará e o seu aproveitamento na produção de frutas, destacando a localização privilegiada do Estado em relação a vários blocos econômicos, tais como: o NAFTA (North America Free Trade Agreement) composto pelos Estados Unidos da América, Canadá e México; a EU (União Européia) formado pela Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Portugal e muitos outros; etc.

CAPÍTULO I - UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

1. As Políticas Agrícolas Brasileiras

Se quisermos entender o motivo das muitas dificuldades enfrentadas pelos fruticultores brasileiros, devemos conhecer as políticas agrícolas elaboradas pelo Governo. Daí a importância deste capítulo não somente para o setor de frutas, mas para a agricultura como um todo.

Até a crise de 1929, as políticas agrícolas estavam vinculados em torno de uma única política macroeconômica, a política cambial. Todas as políticas do Estado brasileiro estavam voltadas para a valorização do café, como por exemplo: compra de excedentes, através de financiamentos externos, desvalorização cambial, impostos sobre exportação, etc. Resultou por um lado: em acúmulo de grandes estoques praticamente impossíveis de serem vendidos e um contínuo crescimento da oferta. Quando estourou a crise de 29, o valor dos estoques de café acumulados já ultrapassava 10% do PIB, o governo desvalorizou a moeda em termos reais, o que ocasionou crescimento das exportações e redução das importações. Por outro lado; resultou em estímulo à expansão do mercado competitivo ao Brasil na área do café e sua consequente perda de posição monopolista de mercado.

Ocorre que, até a crise de 1929, a única política agrícola existente no Brasil era a política do café. Iniciando com a desagregação do complexo cafeeiro até o momento da estruturação dos complexos agro-industriais, nos anos 70, os agricultores passaram por várias modificações, uma das quais foi a crescente especialização da produção.

As políticas agrícolas no período de 1930 a 1965 são bem conhecidas, bem como o deslocamento do centro dinâmico, da economia cafeeira, para os segmentos urbanos-

O período de 1930 à 1965 termina com a constituição do Departamento Industrial, de bens de capital, acelerada a partir de 1955, com um bloco de investimentos altamente complementares delineando as fases da industrialização restringida e depois pesada.

Já na década de 50, a política de taxas múltiplas de câmbio favoreceu a importação de máquinas, equipamentos e insumos químicos para a modernização da agricultura brasileira.

No período de 1946 à 1957 a política de sobrevalorização cambial é adotada com maior ênfase, por intermédio do regime de licenças de importação a câmbio fixo. Esse sistemas de taxas de câmbio sobrevalorizada conviveu com taxas múltiplas de câmbio sem abandonar a sistemática de sobrevalorização cambial. A partir de 1957 o governo passou a utilizar a proteção tarifária como forma de incentivo à indústria nascente.

A política de crédito rural subsidiado foi adotada como política agrícola nos governos que se seguiram ao golpe de 1964. Percebe-se que, do lado da indústria, criou-se um mercado cativo para as máquinas, equipamentos e insumos produzidos no país. Do lado dos produtores rurais, financiava-se o capital fixo e o capital circulante. Resumido nas palavras de **GRAZIANO DA SILVA**,(1996, p. 51):

“ a política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunir os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 70”.

O crédito rural subsidiado, depois de 1979, deixou de ter sustentação política devido a elevação das taxas de inflação que, por um lado fez crescer os subsídios implícitos nas taxas nominais fixadas pelo SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural; de outro, fez reduzir o volume de depósitos à vista nos bancos comerciais que era uma fonte dos recursos canalizados para o crédito rural.

As políticas de modernização conservadora, implementadas após o golpe militar, culminaram na constituição dos Complexos Agro-industriais (CAIs) a partir dos anos 70, criando os seguintes segmentos: o Departamento I para a agricultura (D1- produz máquinas, equipamentos e insumos químicos, basicamente fertilizantes para a modernização da agricultura brasileira na década de 60), a nova agroindústria oligopólica e a própria agricultura nos seus segmentos modernos. De onde se conclui que hoje, não existe apenas uma agricultura, mas vários complexos agro-industriais, que se estruturam sob a forma de redes complexas de encadeamento produtivo, tecnológico, distribuição e marketing.

1.1 A SUDENE e a Sua Importância na Elaboração das Políticas Agrícolas

Antes da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, as políticas agrícolas eram de curto e longo prazos. No curto prazo tinham cunho assistencial, e no longo prazo, concentravam-se na construção de uma rede de açudes para melhor aproveitamento de terras e águas da região do Nordeste, através do IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), depois DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Com a criação da SUDENE o planejamento regional tomou a forma de planos diretores. No I Plano Diretor (1961-1963), foram criadas quatro linhas de ação políticas relacionada ao setor primário:

- Aproveitamento racional dos recursos de água, em que postulava-se a necessidade de realização de pesquisas em botânica econômica, hidrogeologia, hidrologia, agrologia e de estudos para o aproveitamento das grandes bacias fluviais da região;
- Reestruturação da economia agrícola que destacava a continuação dos projetos de irrigação do submédio São Francisco, o de desenvolvimento do Vale do Jaguaribe e dos incentivos às pesquisas de experimentação agronômicas;
- Racionalização do abastecimento; e
- Política de colonização. Essa orientação permaneceu no II Plano (1963-1965). Todavia, houve uma ampliação no sistema de incentivo fiscais, que introduzia a permissão às pessoas jurídicas, de deduzirem até 50% nas suas declarações de renda – para aplicação em projetos agrícolas. Significou, portanto, a abertura de uma importante fonte de recursos para a agricultura e a pecuária do Nordeste.

O III Plano Diretor (1966-1968) procurou reafirmar a continuidade da política definida nos planos anteriores. No entanto, foram propostas as seguintes medidas diretas: atividade de extensão rural, e aplicação de dispositivos do Estatuto da Terra de 1964. As

medidas indiretas dependiam da orientação dada ao processo de industrialização e da ação de uma política de preços mínimos. Foi ainda enfatizada a importância de aumentar os investimentos de forma direta na agricultura e abastecimento.

Já o IV Plano Diretor (1969-1971) incorpora uma visão crítica dos resultados das políticas anteriores. Três direcionamentos foram definidos:¹

1º) Ênfase na realização de pesquisas em hidrologia, hidrogeologia, aproveitamento de águas subterrâneas e de estatutos para o estabelecimento de uma política de águas;

2º) Reforço à política de expansão na oferta de terras agricultáveis, através da ampliação do número de projetos de irrigação; e

3º) Destaque à racionalização do abastecimento de gêneros alimentícios, envolvendo os projetos: estudos para racionalização da comercialização, maior estabilidade de oferta de produtos agropecuários e de pescado, e criação de uma infraestrutura de comercialização de produtos agropecuários.

Segundo Sampaio (1979), apenas 40% dos recursos programados foram efetivamente aplicados. Além do mais, podemos apontar dois outros aspectos:

- (a) A performance da SUDENE foi comprometida, porque o planejamento dos diversos órgãos da região não era submetido às suas diretrizes; e
- (b) Existia uma desarticulação entre o planejamento regional e as diretrizes da política de desenvolvimento federal, a qual pôde ser observada no IV Plano Diretor cuja elaboração aconteceu em descompasso com o planejamento central e teve que ser substituído às pressas pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste, compatibilizando-o com o Plano Nacional de Desenvolvimento.

1.2 A Década de 70 - Modernização Conservadora

A década de 70 foi caracterizada por um conjunto de políticas voltadas para a modernização do setor agrícola, porém não tocando na estrutura agrária, processo esse que passou a ser denominado de “modernização conservadora”. (Graziano da Silva, 1981).

Ao invés de Planos Diretores, são elaborados Planos de Desenvolvimento do Nordeste (PDN), com as diretrizes regionais compatibilizadas com as diretrizes do planejamento nacional, inseridos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Vejamo-los:

No I PND, governo Médici (1972-1970), foram definidos dois programas: 1º) o Programa de Integração Nacional (PIN); e 2º) o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Também foram instituídas políticas para o desenvolvimento tecnológico, de assistência técnica, de desenvolvimento da infra-estrutura agrícola e de abastecimento alimentar.

O primeiro programa, o PIN, continha cinco linhas de ação, sendo que duas delas eram direcionadas, diretamente, para o Nordeste: o Plano de Irrigação do Nordeste, destinado ao aproveitamento dos vales úmidos e a elevação da produtividade da faixa semi-árida e a implantação de corredores de exportação para o Nordeste. O objetivo das outras três linhas estavam vinculadas a expansão da fronteira agrícola brasileira na Amazônia, para viabilização de programas de colonização.

O PROTERRA continha duas linhas principais: a compra e a desapropriação de terras; e a concessão de créditos, a juros subsidiados. Essas linhas foram assim especificadas: apoio (terra, crédito e assistência técnica) ao pequeno produtor, principalmente ao desprovido de terra, e ao proprietário de minifúndio; e implantação de projetos agrícolas com sentido empresarial, para expandir a empresa agrícola no Nordeste

¹ Revista Econômica do Nordeste (REN). Fortaleza, v.28, p.499 - 518, out/dez. 1997

e Norte, incluindo financiamento a longo prazo, a juros baixos, para projetos agropecuários e a expansão da agroindústria e a abertura de frentes de exportação.²

Em parte apreciável as metas do I PND não foram cumpridas. A colonização e o assentamento de famílias nos projetos de reforma agrária entravam em choque com as formas tradicionais de apropriação de uso da terra; a abertura de estradas terminava por criar novos problemas; o crédito do PROTERRA era absorvido pelos grandes projetos destruidores de empregos. Em síntese o resultado final da política agrícola implantada na região nordestina durante os anos de 1972/1974 contrastou fortemente com as expectativas otimistas do seu planejamento.

Com o II PND com vigência no período 1975/1979 - governo Geisel - foram lançados dois novos programas : o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programada da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo).

O POLONORDESTE contemplou desde a identificação de culturas e a indicação de sistemas de produção, até a reorganização agrária e a assistência técnica, à pesquisa, à complementação da infra-estrutura; a comercialização e ao crédito. Sua área de atuação era direcionada para : vales úmidos, serras úmidas, agricultura seca, etc.

O segundo programa tinha como alvo, pólos (com 20 núcleos) com raios de 30 Km e centrados, na maioria dos casos, nos projetos de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), abrangendo infra-estrutura de produção, comercialização e ação social.

No Ministério da Agricultura, destacavam-se o apoio ao desenvolvimento da pesquisa agropecuária por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o fortalecimento do sistema de extensão rural, a colonização e ocupação de novas áreas, bem como o desenvolvimento da pecuária.

² Idem

1.3 A Década de 80 - Política de Preços Mínimos

A política de preços mínimos ganha importância nos anos 80. Antes dessa política, o Estado podia ser entendido como um planejador da alocação dos capitais privados. Com as políticas de preços mínimos, o Estado recupera sua importância como árbitro dos conflitos internalizados nos CAIs.

De acordo com Delgado (1988): “pode-se dizer que se praticou, do lado da produção agrícola, uma política agressiva de preços e contencionista de crédito, logrando-se a proteção da rentabilidade para determinados segmentos empresariais”. Tal política se expressou em:³

a) “Duas máximas desvalorização cambiais (em fins de 1979 e em fevereiro de 1981), que elevaram os preços relativos dos chamados exportáveis (...)”;

b) Modificações na sistemática de garantia dos preços mínimos, a partir de 1981, introduzindo indexação combinada com sua elevação em termos reais;

c) Contenção de crédito de custeio, a taxas reais de juros negativos, mantendo-se a oferta relativamente estável ou ligeiramente declinante em 1980 e 1984; e

d) Queda acentuada na concessão de crédito para investimento e elevação das taxas nominais de juros”.

Segundo Rezende (1990): “o setor agrícola brasileiro foi profundamente afetado pelo agravamento do quadro macroeconômico e, em particular, pelas estratégias seja via “choque”, seja via “moeda indexada” adotadas pelo governo para controlar a inflação. O setor agrícola, que encontrou espaço e recebeu estímulos para crescer na maior parte da década de 80, tornou-se ao término desta, a principal vítima do descontrole inflacionário, e da incapacidade demonstrada pelo governo de combatê-lo”.⁴

³ Idem

⁴ Idem

Apesar de um modelo de crescimento excludente, a agricultura brasileira chegou ao final da década de 80 mais preparada para enfrentar os mercados internacionais, portanto mais competitiva.

Na década de 80 foi dada continuidade aos dois programas iniciados na década anterior: os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado e o de Irrigação.

Os projetos do POLONORDESTE, que foram denominados de primeira geração, incluíram mais de uma dezena de componentes de diferentes tipos - de crédito e extensão rural, estradas e eletrificação até educação e saúde. Os elementos principais de cada projeto foram crédito (23%), atividades relacionadas com a posse da terra (16%), estradas de acesso (20%) e extensão rural (14%) - representou 72% dos custos estimados. Para reduzir a complexidade a produção dos projetos e focalizar com mais exclusividade a produção agrícola, surgiu em 1985 o Programa de Apoio do Pequeno Produtor Rural (PAPP), com uma segunda geração de projetos, tendo sido eliminados os componentes de saúde, educação e estradas, eletrificação e comercialização. O crédito (30%), a extensão (24%) e um novo componente de participação comunitária (16%) representaram 70% das despesas estimadas.⁵

O III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985), governo Figueiredo, reservou um item para abordar a importância da agricultura, que teve o título de Desenvolvimento da Agropecuária. Na política econômica do governo a agropecuária teve as seguintes funções:

- a) Aumentar a oferta interna de alimentos, tais como: milho, feijão, arroz, trigo, etc.;
- b) Ampliar as exportações dos seguintes produtos: soja, café, algodão, cacau, laranja/suco, etc.;
- c) Fornecer matérias-primas para a indústria e aumentar a demanda de bens industriais por parte dos produtores rurais;

⁵ Idem

d) Transferir recursos para o setor urbano-industrial; etc.

Podemos concluir afirmando que a política estabelecida para a irrigação no Nordeste nos anos 80 compreende quatro momentos:

O primeiro momento compreende a primeira metade da década caracterizadas por ações não coordenadas, como por exemplo:

a) O Projeto do I Plano Nacional de Irrigação, elaborado em 1982, que não foi aprovado, sendo logo substituído pelo Projeto Nordeste, que infelizmente também não foi implementado;

b) Dois programas voltados para a irrigação privada: o Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas Nacional), em 1981, e o Programa de Financiamento para Equipamentos de Irrigação (PROFIR), em 1982, o último contendo linha de crédito oficial rural para investimento em sistemas de irrigação, sobretudo, nos cerrados. A irrigação pública ficou a cargo do DNOCS e CODEVASF.

O segundo momento, tem início com criação do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), com a meta de elevar a área irrigada da região em um milhão de hectares em 5 anos (1986 - 1990). Para implementação dessa política foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, em 1986.

O terceiro momento, é marcado pela revisão, no âmbito global do investimento da Irrigação no Brasil realizada em 1989 pelo Governo brasileiro e o Banco Mundial, ficando conhecida por “Resenha Setorial”, que tinha como objetivos:

a) A expansão da irrigação deveria ser “orientada pela demanda”;

b) A irrigação deveria ser uma atividade econômica auto-sustentável, e não deveria ser subsidiada; e

c) Os projetos de assentamento de pequenos agricultores, que visam resolver o problema da pobreza, deveriam ser reconhecidos como sendo uma atividade social, e

financiados por recursos federais e estaduais, especificamente determinados, separados dos orçamentos nacionais de irrigação.⁶

O quarto e último momento é caracterizado pela instituição de três programas:

*FINOR - Irrigação, a partir de 1988 e que era administrado pela SUDENE, permitia as empresas com projetos de irrigação o acesso aos recursos do FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste;

* O Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), a partir de 1989, com recursos para financiamento com juros subsidiados, administrados pelo BNB ; e

* O Programa Nordeste Competitivo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), a partir de 1993, financiava projetos de hortifruticultura irrigada.

⁶ Idem

1.4 A Década de 90 - Novas Políticas Agrícolas

Atualmente as políticas agrícolas levam em consideração o meio-ambiente e o desenvolvimento regional. Portanto, é preciso incentivar as práticas sustentáveis da qualidade do meio-ambiente, com todo respeito à ecologia, à criação de espaços de lazer, à prosperidade das economias rurais e, mais do que isso, é necessário manter a população rural nas zonas rurais, evitando o êxodo rural, a formação de favelas nas grandes metrópoles, a violência e em alguns casos o abandono das regiões produtivas.

Segundo o IPEA (1997) para, as políticas de curto prazo, que incluem o crédito rural, a Política de Garantia de Preços Mínimos, e envolvem a mobilização de grande volume de recursos, a proposta é dar prioridade ao pequeno produtor, e fazer com que o médio e o grande produtor se emancipem do governo.

Dias (1992) identifica os seguintes traços da nova política agrícola:⁷

- 1) “Incentivos serão regulados pelo mercado, mesmo a política de preços mínimos fica subordinada a um período de espera, onde os estoques serão regulados pelo mercado (...)”;
- 2) O mercado agropecuário tem seu centro hegemônico na estrutura comercial e industrial. Bolsas de mercadorias e empresas agro-industriais são os novos agentes responsáveis pela administração dos subsídios e estoques (...);
- 3) “Remanescentes do sistema de discriminação do setor agrícola para favorecer a industrialização começam a ser eliminados (...).”;
- 4) “O enclave do sistema cooperativo ganha nova oportunidade de organizar seu próprio sistema financeiro, vencendo aparentemente uma longa batalha contra as autoridades monetárias”; e

⁷ Revista Econômica do Nordeste (REN). Fortaleza, v.28, p.499-518, out/dez.1997

5) “O fundo de commodities, é uma iniciativa na direção de criar uma oportunidade de captação de recursos externos para financiar a comercialização doméstica”.

Gasques e Villa Verde (1991), identificaram algumas conseqüências decorrentes do abandono das políticas agrícolas implantadas nos anos 80:⁸

a) Uma maior seletividade dos beneficiários na utilização dos recursos, devido à redução dos dispêndios públicos;

b) Incidências diferenciada da política - queda de recursos - quase sempre em detrimento dos pequenos e médios produtores;

c) Redução das distorções embutidas em algumas políticas como as do trigo, açúcar, álcool e café, com a retirada do Governo; e

d) A diminuição dos recursos de políticas de curto prazo não foi compensada por investimentos nas demais políticas de médio e longo prazos.

Na visão do documento do IPEA (1997, p.179), já referido anteriormente, merecem aprofundamento:⁹

a) O fato de que o modelo de financiamento deve levar em conta a heterogeneidade da agricultura;

b) “O financiamento com recursos públicos, como princípio, deverá ser canalizado para investimento em incorporação de tecnologia”;

c) “O refinanciamento automático é medida indispensável a ser tomada em casos de crises motivadas por problemas aleatórios, como os decorrente de políticas comerciais”; e

Revista Econômica do Nordeste (REN). Fortaleza. v.28. p.499-518. out/dez.1997

⁸ Idem

⁹ Idem

d) “O fortalecimento dos mecanismos que facilitam a expansão do mercado físico como fonte de financiamento de custeio e de comercialização, e sua integração com o mercado futuro, aproveitando a experiência existente nesse segmento”.

Os projetos agrícolas que tiveram continuidade no Nordeste nos anos 90 foram:

a) O FNE, o FINOR - Irrigação e o Nordeste Competitivo;

b) O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Banco Mundial, compreendendo a segunda geração de projetos com ênfase em projetos de produção agrícola;
e

c) Os Investimento em irrigação pública coordenados pela CODEVASF.

Apesar dos anos 90 se caracterizarem pela ausência de programas específicos para o Nordeste, à exceção dos programas citados anteriormente, deve-se registrar duas tentativas de planejamento ocorridas no Nordeste: o Projeto Áridas e o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste. Vejamo-los:

1. Projeto Áridas

A partir de uma iniciativa da secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República foi criado em 1992 o Projeto Áridas. Os elementos principais de estratégia desse projeto a serem considerados são os seguintes:¹⁰

a) A preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento, com as dimensões ambiental, econômica, social e política;

b) A visão de longo prazo; e

c) A diretriz de descentralização e participação da sociedade, o que exige reciclagem do papel do governo e definição de mecanismos de participação social em todos os níveis (Áridas, 1994).

¹⁰ Idem

Apesar da mobilização de um grande número de técnicos, pesquisadores, lideranças estaduais e da geração de um conjunto de estudos, o Projeto Áridas não conseguiu apoio político para sua aprovação pelo Governo Federal.

2. Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste

Este programa foi publicado em novembro de 1996 sendo coordenado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e alinhava-se as diretrizes contidas no relatório do Grupo de Trabalho Informal, criado pelo Comitê de Políticas Regionais da Casa Civil ao propor Novo Modelo de Irrigação, um dos projetos integrantes das metas governamentais contidas no programa "Brasil em Ação".

Este programa prioriza a Região do Nordeste semi-árido como área principal para irrigação e a fruticultura como atividade econômica de maior potencial sócio econômico e de competitividade.

O Programa se propõe a irrigar mais 100 mil hectares/ano, podendo até chegar a 150 mil; estima-se que sejam gerados de 200 à 300 mil empregos diretos e indiretos e uma geração de renda de, aproximadamente, US\$ 10 mil ha/ano.

Este programa foi lançado pelo Governo Federal, em 1997, como componente do "Brasil em Ação", porém até o momento não se dispõe de dados relativos às suas metas e período de execução.

Contudo, ainda existem alguns desafios que nos implicam em afastamento da concorrência internacional, que deverão ser superados, tais como: problemas de mercado, comercialização, gestão, infra-estrutura física (estradas e portos para escoamento da produção, etc.), barreiras não tarifárias e financiamentos (o problema das altas taxas de juros ao produtor).

A tabela 1.1 a seguir contém os dados sobre a produção nacional de frutas entre 1990-1996.

Tabela 1.1- Produção de Frutas do Brasil 1990 a 1996 (1000 toneladas)

<i>Frutas</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995¹</i>	<i>1996¹</i>
Abacaxi	1.158	1.246	1.295	1.309	1.558	1.463	1.679
Banana	7.152	7.184	7.299	7.263	7.438	7.384	7.446
Laranja	14.285	15.424	16.040	15.317	14.213	16.004	18.210
Maçã	356	331	403	518	456	432	425
Uva	805	648	799	786	807	825	724
Total	23.756	24.833	25.836	25.193	24.472	26.108	28.484

Fonte: IBGE/1990-1996

1 - Dados preliminares, sujeitos à revisão.

No período 1990-1996, a produção brasileira de frutas ultrapassou 31 milhões de toneladas, em área colhida de 2,0 milhões de hectares. Da produção total, do ano de 1996, destacaram-se: laranja (18,2 milhões de toneladas), banana (7,4 milhões de toneladas), abacaxi (1,7 milhões de toneladas) e uva (0,8 milhões de toneladas).

Em 1996, o Brasil foi o principal produtor mundial de frutas frescas, e o mais importante, produziu tanto frutas tropicais como frutas de clima temperado.

A tabela a seguir nos fornece dados sobre o volume de exportações feitas pelo Brasil.

Tabela 1.2 - Volume das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas 1990 a 1996 (valores em toneladas)

<i>Frutas</i>	<i>1989</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>
Abacaxi	12.418	7.910	15.212	16.165	35.948	22.623	10.239	11.542
Banana	83.593	53.719	91.142	91.974	89.646	51.792	12.492	29.938
Laranja	91.452	77.120	109.497	82.526	89.888	140.276	114.060	99.223
Maçã	3.038	6.293	3.307	32.549	24.170	30.146	12.084	3.308
Uva	2.011	1.845	2.882	6.888	12.553	7.092	6.786	4.516
Total	192.512	146.887	222.040	452.142	252.205	251.929	407.591	148.527

Fonte: SECEX e IBRAF (1989-1996)

Do total de frutas frescas exportadas dois terços tem sido destinadas à Europa (principalmente para a Comunidade Econômica Européia); um quarto para a América do Sul (quase a totalidade para o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul - que se constitui num bloco econômico, composto pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai); e o restante para outros países, inclusive Estados Unidos. Dentre as principais frutas exportadas destacam-se: laranja, banana, uva, abacaxi e maçã. A banana é vendida somente para a Argentina e Uruguai. Tais produtos se sobressaem por sua potencialidade produtiva na região do Nordeste e pelo incremento do seu consumo nos mercados internacionais. Em relação as importações de frutas, estas são divididas em três categorias: frutas frescas, frutas secas e de casca rijas (castanhas, amêndoas, avelãs).

Contudo, apesar do imenso potencial de exportação de frutas frescas, apenas 0,5% da produção nacional é exportada. O saldo na balança comercial é negativo: as exportações de frutas frescas, em 1995, foram de US\$ 103 milhões e as importações US\$ 355 milhões, contra US\$ 196 milhões de exportações e US\$ 128 milhões de importações no ano anterior.

A partir do Plano Real, em 1994, as importações vem apresentando tendência crescente devido a estabilidade da moeda, aumento da renda, valorização cambial (câmbio sobrevalorizado) e redução de tarifas aduaneiras. Além disso, as facilidades para liquidação de câmbio nas importações brasileiras (de 180 a 360 dias) e a falta de condição para suprir o mercado com produtos nacionais, também, parecem ser suficientes para explicar a expansão observada nos últimos anos.

Para piorar ainda mais a situação, em 1994, o acordo do Gatt (Acordo Internacional de Tarifas e Comércio), hoje OMC, obrigou o Brasil a reduzir o apoio ao setor agrícola, de forma a limitá-lo em US\$ 912 milhões/ano até 2004, e a reduzir paulatinamente as importações na oferta interna. Ou seja, trata-se de uma política que entrega a agricultura brasileira aos interesses de expansão do mercado dos países desenvolvidos do primeiro mundo.

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO DA FRUTICULTURA NO NORDESTE

2. A FRUTICULTURA NO NORDESTE

O Nordeste é a região do MERCOSUL mais próxima do hemisfério Norte, podendo até mesmo servir como ponte de ligação entre o MERCOSUL e dos outros blocos econômicos como o NAFTA e a União Européia. O Nordeste é formado por 9 (nove) estados, representando 18,26% do território nacional, ou seja, uma extensão territorial de 1.561.177 Km² e possui uma população em torno de 44 milhões de habitantes.

Começaremos fazendo um breve estudo da importância do Programa de Reforma Agrária para a agricultura do Nordeste e conseqüentemente para a fruticultura. Posteriormente, mostraremos alguns programas de incentivo ao setor em estudo.

1) Reforma Agrária

O objetivo síntese do processo de reforma agrária é a democratização da posse e do uso da terra e, por conseguinte, a obtenção de crescentes ganhos de produção e produtividade do trabalho e a melhoria dos padrões de vida do homem no campo.

Os objetivos da ação estratégica da reforma agrária são pretendidos mediante a operacionalização de duas linhas básicas de atuação:

- (a) Desapropriação de terras e assentamento de colonos nos moldes estabelecidos no Programa Nacional de Reforma Agrária;

No que diz respeito a esta primeira linha de atuação, são elaboradas as seguintes as diretrizes:

- i) Desapropriação de áreas consideradas de conflito, bem como de latifúndios antieconômicos e minifúndios improdutivos;

ii) Desapropriação de áreas onde prevaleçam o minifúndio antieconômico, mediante concessão de novas áreas desapropriadas;

iii) Desapropriação de áreas de vale e onde exista uma infra-estrutura básica de serviços de apoio capaz de atender às necessidades mínimas do pequeno produtor e da atividade agropecuária;

iv) Desapropriações parciais que permitam completar o ordenamento fundiário de micro-bacias hidrográficas favorecendo os modelos operacionais produtivos.

A coordenação técnica dos programas de reforma agrária é de responsabilidade do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, ficando a execução a cargo dos órgãos estaduais de terras, do DNOCS e da CODEVASF, quando se tratar de assentamentos em áreas irrigadas.

(b) Desenvolvimento de mercados de terras, direcionadas para a exploração de atividades agropecuárias economicamente viáveis de acordo com as vocações de cada sub-região, estabelecidas em zoneamento ecológico-econômico.

2.) Pólos Agro-industriais do Nordeste

O objetivo da consolidação dos pólos agro-industriais do Nordeste é promover a complementação e implantação da infra-estrutura econômica social e tecnológica nas áreas selecionadas como pólos agro-industriais, de modo a consolidar os projetos governamentais, orientar investimentos privados na moderna agricultura de mercado e criar condições para a participação dos governos estaduais, das administrações municipais, das associações de produtores e de pequenos, médios e grandes empresários.

As ações propostas pelo Programa de Consolidação dos Pólos Agro-industriais do Nordeste (PAN) consistem na adequada utilização das inversões públicas efetivadas no Nordeste. O PROINE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) impulsionaram, sobremaneira, a irrigação no Vale do São Francisco.

Com base na dotação de infra-estrutura e na área atualmente irrigada, foram priorizados os seguintes pólos agro-industriais: Norte de Minas Gerais, Petrolina/Juazeiro

(PE/BA), Açu (RN), Baixo Médio Jaguaribe (CE), Baixo São Francisco (SE/AL), Acaraú- Curu (CE), etc.

A consolidação dos Pólos Agro-industriais do Nordeste passa por um processo que integra educação, saúde, meio-ambiente, pesquisa, irrigação, tecnologia, finanças, engenharia hidráulica, etc., numa perspectiva de promoção conjunta de investimentos públicos e privados.

3) Irrigação

As metas da irrigação pública e privada para o Nordeste correspondem a implantação de 730 mil ha para o período de 1994/2000. O governo deverá implantar 170 mil ha através do DNOCS e CODEVASF. O setor privado poderá implementar cerca de 473 mil ha irrigados, necessitando para isso de recursos destinados a obras de infraestrutura e custeio agrícola. Aos governos estaduais resta a irrigação de 87 mil ha. Observa-se que de um total de 700 mil ha implantados já foram criados 1,4 milhão de empregos diretos e indiretos, produzindo 8 milhões de toneladas de grãos e 3,6 milhões de toneladas de frutas e hortaliças.

Para que mais empregos sejam criados é necessário que haja um esforço na implementação dos sub-programas de :

- i) Recursos Hídricos;
- ii) Agricultura Irrigada

Segundo dados do Projeto Radam, o Nordeste dispõe de grande potencial de aproveitamento de áreas irrigáveis, porém só 5% das áreas propícias (400 mil hectares) no Nordeste são utilizáveis. Estimular a atividade do setor agrícola terá como consequência imediatas: a redução do desemprego estrutural, do emprego sazonal mal remunerado, promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da sub-região, com impactos inclusive sobre a qualidade de vida e educação da população ;

- iii) Agroindústria

Atividade industrial dos produtos agropecuários na sub-região tem sido desenvolvidas com aproveitamento das oleaginosas (como a mamona, o milho e a soja) e da fruticultura (como a fabricação de sucos, doces, sorvetes, vinhos etc.);

iv) Infra-estrutura Econômica

A consolidação da base econômica requer a existência de infra-estrutura de transportes, portuária e aeroportuária, energia, telecomunicações, estradas rodoviárias e ferroviárias, com o objetivo de escoar a produção mais rapidamente e a baixos custos. A exploração de formas alternativas de energia deverá ser estimulada, a exemplo da solar, eólica e do aproveitamento da biomassa além, da já tradicional forma de exploração de energia hidrelétrica;

v) Reforma Agrária

É obrigação do INCRA a desapropriação e o assentamento, com condição de infra-estrutura básica, econômica mínima de 100 mil famílias, a um custo unitário de R\$ 30 mil, totalizando R\$ 3 bilhões. A assistência técnica aos colonos é dada pelos seguintes órgãos: CODEVASF, DNOCS e EMATER.

4) O Programa de Desenvolvimento do Vale do Parnaíba (PRODEPAR)

O PRODEPAR tem em vista a complementação da infra-estrutura econômica e a promoção e divulgação das oportunidades de investimentos produtivos. Ações:

i) Elaboração de um projeto de marketing visando a divulgar junto à classe empresarial regional, nacional e internacional as potencialidades, as vantagens e os incentivos que os Estados envolvidos no Programa oferecem;

ii) Negociação, com as instituições encarregados dos diferentes setores na infra-estrutura, da superação dos pontos de estrangulamento identificados;

iii) Implantação de centro de ensino profissionalizante nos centros dinamizadores da área do Programa, etc.

iv) Conclusão das obras que já estão em andamento, como por exemplo: o Porto de Luis Corrêa e a barragem de Boa Esperança do Distrito Industrial de Floriano; etc.

5.) Capacitação Produtiva: PROGER - Rural

O PROGER-Rural tem por finalidade financiamentos para investimentos fixos e custeio para pequenos produtores rurais, associações e cooperativas.

O PROGER destina-se a gerar empregos, aumentar a renda e promover a transformação estrutural da sociedade, mediante sua participação, mobilização, organização e gestão na definição do seu próprio futuro.

O Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda Rural do Nordeste do Brasil (PROGER-Rural) é importante para a fruticultura devido a seus objetivos de profissionalização/capacitação da mão-de-obra.

O PROGER tem os seguintes objetivos específicos:

i) Criar e institucionalizar, nos municípios ou áreas - programa, novos mercados de produção e serviços para organizar e valorizar o trabalho, particularmente nas populações de baixa renda;

ii) Desenvolver uma política para geração de emprego e renda em grandes proporções, flexível, descentralizada e participativa, que gere as condições mínimas de trabalho, para inserção dos segmentos pobres nos mercados de bens e serviços e segurança do abastecimento;

iii) Criar novas fontes de recursos tributários para os governos municipais, estaduais e federal, como consequência de tributos aplicados sobre as novas atividades produtivas e de serviços das empresas associativas, etc.

iv) Criar, nos municípios ou áreas-programa, um novo mercado para intercâmbio dos valores monetários do " trabalho social organizado" nas atividades de serviços necessários de segurança, assistência social, saúde, educação, etc.

O PROGER usa a metodologia de capacitação em massa, cuja essência é aprender fazendo, através de laboratórios organizacionais de curso, terreno e empresa. O Programa compreende:

- a) Cursos de formação de Técnicos em Desenvolvimento Econômico (TDE) - especializados em planificação, elaboração e avaliação de projetos e em organização de empresas - através de Laboratório Organização de Curso (LOC);
- b) Capacitação das populações marginalizadas para criarem suas empresas associativas (cooperativas, condominiais e convívias, de produção e serviços) através dos Laboratórios Organizacionais de Terreno (LOT);
- c) Introduzir aprimoramento nas técnicas modernas de administração, comercialização e promoção de vendas através de Laboratórios Organizacionais de Empresas (LOE).

2.1 O Pólo de Fruticultura Irrigada do Rio Grande do Norte (RN)

O pólo de produção de frutas irrigadas da região do Açu/Mossoró no Rio Grande do Norte é atualmente reconhecido como uma das áreas de modernização intensa da região do Nordeste. Embora tenha se consolidado apenas no final da década de oitenta, a produção de frutas tropicais nessa área ocupa hoje uma posição destacada na exportação de frutas nacionais para o mercados dos Estados Unidos e da comunidade Econômica Européia, além da abertura promissora que se estabelece atualmente com os países do MERCOSUL, com destaque para Argentina. O principal produto cultivado pela fruticultura do Rio Grande do Norte é o melão e ainda tem mercado garantido no exterior na produção de manga, uva, banana e melancia.

A história da produção de frutas tropicais no Rio Grande do Norte é relacionada com o desenvolvimento da agricultura irrigada na região que desde seu início no final dos anos 60 até a segunda metade dos anos 90, teve por base o apoio da iniciativa privada contando com o apoio do Estado.

As empresas agropecuárias que se instalam no pólo adotam um elevado grau de tecnologia, que se percebe pela adoção de métodos de irrigação sob pressão composto de diferentes sistemas de aspersão ou gojetamento, a exclusiva presença de trabalhadores assalariados.

A principal forma de captação de água para a irrigação é feita via canais de acesso ao leito do rio Piranhas-Açu, que teve sua capacidade de irrigação potencializada pela construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que tem capacidade de armazenar 2,7 bilhões de metros cúbicos de água.

A atividade irrigada de grande porte começa com a empresa MAISA e depois pela Fazenda São João. O projeto inicial da MAISA era produção em larga escala de castanha de caju e a exploração de algumas frutas, como por exemplo, a graviola, o maracujá e muitas outras. Sendo que a produção do milho seria feita enquanto o projeto de produção de castanha amadurecia.

A MAISA Indústria e Comercio de Sucos Ltda., empresa que ocupa 4.800 hectares irrigados na Chapada do Apodi, entre o Ceará e Rio Grande do Norte, em agosto de 1996, exportou pela primeira, melão "in natura", para a Espanha, o mais tradicional e exigente importador de frutas da Europa.

Caju e melancia "in natura", polpa de acerola e castanha de caju são outros produtos que a MAISA exporta para o mercado europeu. Sendo que, o volume exportado corresponde em geral a 20% da produção total, com exceção do melão, que tem 30% do total da produção embarcado para os portos da Comunidade Econômica Européia e dos Estados Unidos.

A MAISA vem intermediando a compra da produção de um grande número de médias e pequenas empresas produtoras de frutas tropicais, principalmente o melão para ser comercializado nos mercados do centro-sul e no mercado externo.

Na segunda metade dos anos 90, graças às políticas de financiamentos especiais para áreas reformadas (PROCERRA, CONTACAP, PAPP), difundiu-se na região do pólo a produção irrigada em pequenas áreas com base na produção agrícola familiar, geralmente exploradas de forma coletiva.

Já a Fazenda São João iniciou sua atividade produzindo capim para subsidiar o desenvolvimento do seu projeto de produção pecuária em larga escala. Apenas na década de 80 é que a Fazenda São João passa a desenvolver seu projeto de produção de frutas, produzindo melão em Mossoró e manga, laranja e mamão em Ipanguaçu

Hoje a produção no pólo de fruticultura irrigada Açú/Mossoró representa o grande avanço tecnológico e de organização da produção agrícola no Rio Grande do Norte.

O pólo de produção de frutas irrigadas do Açú/Mossoró é reconhecido nos dias atuais como uma das áreas de modernização do Nordeste brasileiro, ao lado de outros pólos, como por exemplo: o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, o pólo têxtil de Fortaleza, do complexo minero-metalúrgico do Maranhão e do complexo agro-industrial de Petrolina/Juazeiro na divisão da Bahia com Pernambuco.

A produção de frutas tropicais nessa região, embora tenha se consolidado apenas no final da década de 80, ocupa hoje posição destacada na exportação de frutas nacionais para os seguintes mercados: Estados Unidos, Comunidade Econômica Européia e Mercosul, com destaque para a Argentina

O melão é o principal produto cultivado pela fruticultura do RN e, é responsável por cerca de 90% da produção nacional exportada. Além do melão, ainda existe mercado garantido no exterior para outras frutas, tais como: manga, uva, banana e melancia.

A tabela a seguir analisa os projetos de assentamentos feitos pelo INCRA - RN a partir da segunda metade dos anos 90.

Tabela 2.1 - Demonstrativo das Áreas Irrigadas/Irrigáveis no Projeto de Assentamento- anos 90

Projeto de Assentamento	Município	Área Irrigada (ha)	Culturas Exploradas
Hipólito	Mossoró	30	Melão e acerola
Palheiros	Açu	10	Melão e acerola
Favela	Mossoró	28	Acerola, manga, graviola e melão
Mulunguzinho	Mossoró	28	Manga, goiaba, acerola, melão, etc.
Soledade	Apodi	51	Manga, acerola, goiaba, melão, etc.
Serra Vermelha	Areia Branca	26	Manga, melancia e goiaba.
Catingueira	Baraúna	30	Acerola e melancia
Rancho do Pereiro	Baraúna	25	Acerola e melancia
Poço de Baraúna	Baraúna	10	Melancia, melão, manga e mamão
Total		238	

Fonte: INCRA - RN - Seção de Assentamento, citados por Aldenôr da Silva (1998)¹¹

¹¹ SILVA, ALDENÔR DA. O Pólo de Fruticultura Irrigada do Rio Grande do Norte, 1998

2.2 Fruticultura Irrigada no Vale do Francisco

O Vale do São Francisco é, na atualidade, uma das regiões agrícolas mais dinâmicas do Nordeste brasileiro.

Desde o fim dos anos 80 o Vale do São Francisco passou a se distinguir por sua produção e pelos vínculos que estabelece com o mercado global ao produzir frutas com o padrão de qualidade esperado pelos compradores e consumidores internacionais. A área passa no momento por um longo processo de maturação que vem desde os anos 60, sobretudo no aperfeiçoamento da coleta de uva.

Uva e manga tornaram-se frutas especiais pelo espaço de comercialização conquistado: 20% da produção de cada uma delas são vendidos fora do Brasil, para a Europa e os Estados Unidos.

Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) passaram a ser área de atração de migrantes vindos das várias partes do Nordeste e de outras regiões do país como Sul e Sudeste, por exemplo. Os emigrantes chegaram como colonos, trabalhadores assalariados ou empresários na esperança de encontrar na agricultura a prosperidade que buscavam, trazendo consigo traços da cultura, do seu modo de trabalhar e viver o dia a dia. Como resultado disso, a região é formada por representantes da população brasileira de diferentes culturas, por exemplo: nordestinos, paulistas, italianos, japoneses, etc.

A princípio os colonos praticaram a policultura, enquanto das áreas destinadas às empresas esperava-se especialização na produção de culturas como cebola, tomate ou melancia para os mercados regional e nacional. Posteriormente, a produção do Vale do São Francisco foi se transformando com a introdução de novos sistemas produtivos baseados na fruticultura de manga e uva que eram exportados. A uva foi introduzida na região há 40 anos.

O quadro 2.1 nos dá informações sobre a quantidade de exportação de frutas no Vale do São Francisco, entre 1991-1996: manga e uva.

Quadro 2.1

Frutas Exportadas (manga e uva) – (1991-1996)

Ano	Manga (t)	Uva (t)
1991	3.000	1.050
1992	9.000	5.000
1993	13.000	10.000
1994	18.000	14.000
1995	20.000	12.500
1996*	23.000	15.000

* Previsão a ser confirmada.

Fonte: Codevasf (1995/1996) e Valexport, citados por Cavalcanti¹²

A partir do Quadro 2.2, pode-se perceber que a produção de uva, em 1995, alcançou 110.000, desde total 11,36% foi exportado. A produção de manga, no mesmo período foi de 43.000, sendo que 48,51% desde total foi exportado.

¹² CAVALCANTI, JOSEFA SALETE BARBOSA. Estudos Avançados. USP. **Frutas para o Mercado Globalizado**, v.11, n.29. Jan/abril, 1997

Quadro 2.2

Produção e Exportação de Frutas (área, produção e exportação) – 1991-1995

Ano	Uva			Manga		
	Área (ha)	Produção (t)	Export.(t)	Área (ha)	Produção(t)	Export. (t)
1991	2.300	32.000	1.050	1.150	8.800	3.000
1992	2.500	40.000	5.000	1.900	12.000	9.000
1993	3.000	52.000	10.000	2.650	25.000	13.000
1994	3.500	94.500	14.000	3.600	35.000	18.000
1995	4.000	110.000	12.500	4.500	43.000	20.000

Fonte: Valeexport, 1996, citados por Cavalcanti¹³¹³ Idem

2.3 Desafios à Competitividade na Fruticultura

Na atualidade a fruticultura é um dos segmentos mais dinâmicos e competitivos do setor agrícola, daí a importância do seu estudo e da criação de políticas específicas, essencialmente, direcionadas a esse setor.

A produção agro-industrial associada à irrigação, instalada tanto no Vale do São Francisco (BA e PE) como no Vale do Açu (RN) também desenvolveram importantes atividades econômicas extra-regionais.

Os setores direcionados à exportação tendem a se ajustar a requisitos e cuidados especiais quanto aos aspectos fitossanitários e de apresentação do produto. A exigência dos consumidores quanto à qualidade e a sanidade dos produtos agrícolas ganha força atualmente no mundo globalizado e interfere na formação de preços e na comercialização. Portanto, é necessário melhor avaliar o impacto das políticas agrícolas sobre a repartição das reservas naturais ainda existentes no mundo globalizado.

Em relação ao tamanho da força de trabalho ocupada na fruticultura, não existem dados objetivos; não há informações oficiais quanto ao número de trabalhadores que realmente atuam na fruticultura. No entanto, porém, para a área de Petrolina e Juazeiro a estimativa é de 20 mil a 30 mil trabalhadores diretamente vinculados à produção. Entretanto, apesar de um número abundante de mão-de-obra, os produtores reclamam da falta de trabalhadores qualificados.

Em relação a colheita, a cada período de ceifa, as frutas a serem exportadas do Vale do São Francisco para os Estados Unidos são cuidadosamente acompanhadas por um técnico do US Department of Agriculture (USDA-EUA), contratado pelos produtores do Vale para atender às exigências dos compradores internacionais, e oferecer a garantia de que os produtos são encaminhados com qualidade aos consumidores daquele país.

Os produtores de acerola, por exemplo, estão há muito tempo esperando que a fruta venha a receber a produção do controle feito pelo Japão para a sua exportação.

Ainda, há os produtores que reclamam da falta de mão-de-obra qualificada para desenvolver os trabalhos, segundo os padrões requeridos pelos importadores.

Portanto, é preciso incentivar a criação de programas de cursos profissionalizantes para dar uma maior capacitação científica e tecnológica ao pequeno fruticultor porque a nova ordem econômica mundial requer maior produtividade, maior agregação de valor ao produto, melhor qualidade. Isso facilita o acesso ao mercado competitivo, com melhores rendas agrícolas, tornando a fruticultura uma atividade de dimensão empresarial moderna.

2.4 O Que Precisa Ser Feito: Estratégias de Marketing

- a) Manter funcionários na Europa e nos Estados Unidos com o intuito de acompanhar os mercados, elaborar pesquisa de preços e oferecer às empresas as informações obtidas;
- b) Exportar com o rótulo da própria empresa, elaborar e fazer propagandas em revistas especializadas em frutas;
- c) Obter informações em outros países sobre a produção;
- d) Os produtores precisam estar bem informados e para isso devem ler revistas e jornais, como por exemplo a Gazeta Mercantil ,para acompanhar os preços nos mercados interno e externo. Portanto, precisam ter um bom nível de escolaridade.
- e) É preciso manter equipes bem treinadas e um excelente programa de reciclagem;
- f) Elaborar políticas específicas para a fruticultura, como por exemplo: uma política de preços mínimos e compras de excedentes de produção;
- g) Aumentar a capacidade de ofertar, com maior regularidade, as quantidades demandadas pelos compradores, etc.;
- h) Promover estratégias adequadas de comercialização e de promoção comercial;
- i) Promover ações no sentido de eliminar barreiras tarifárias, alfandegárias e fitossanitárias;
- j) Estimular a implantação de agroindústrias como alternativa ao mercado de frutas " in natura" ; etc.

2.5 Dados Sobre a Produção de Fruticultura

Podemos observar nos dados da Tabela abaixo que houve uma diminuição na produção de algumas culturas, como por exemplo: mamão (-58,1%).

Tabela 2.2 Nordeste - Principais Safras Agrícolas do Nordeste (área, produção, rendimento) 1997-jun/1998

Produtos	Área (ha) - (a)		Produção (b)		Rendim. (b/a)	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Abacaxi (mil frutos)	18.834	17.195	446.497	337.698	23,71	19,54
Laranja (mil frutos)	105.105	115.623	9.425.544	9.390.656	89,68	81,22
Banana (toneladas)	193.505	190.104	222.813	191.489	1,15	1,101
Uva (t)	4.368	4.399	114.227	115.097	26,15	26,16

Fonte: IBGE

Em relação a banana, em 1997, com 191,4 mil cachos, atingiu uma produção de R\$ 978,3 milhões, que corresponde a 14,8% do valor total da produção agrícola da Regiões do Nordeste. A cultura da laranja na região do Nordeste foi responsável por aproximadamente, 9,3 milhões de toneladas.

CAPÍTULO III A FRUTICULTURA NO ESTADO DO CEARÁ

3. A Fruticultura no Ceará

O Estado do Ceará dispõe de áreas irrigadas que possibilitam a produção em qualquer época do ano, de frutas com menor incidência de pragas, de doenças, bem como maior teor de açúcar.

O Estado do Ceará oferece condições ideais para a produção de uma extensa variedade de frutas, dentre às quais podem ser citadas:

- a) Terras a preços acessíveis, com dotação de solos férteis;
- b) Rios perenizados, portos e aeroportos;
- c) Infra-estrutura elétrica, viária e de telecomunicações;
- d) População de aproximadamente 6.811.132 habitantes e uma superfície de 146.016 Km² com 148 Municípios;
- e) Disponibilidade de 300.000 ha de áreas irrigáveis, com cerca de 51.000 ha já em produção;
- f) Abastecimento de energia elétrica assegurado pelas usinas de Paulo Afonso e Boa Esperança;
- g) Boa infra-estrutura de transportes rodoviário; ao longo dos projetos de irrigação, constituída por várias Rodovias Federais;
- h) Importante estrutura agro-industrial, como indústrias de sucos, de doces, de processamento de fibras têxteis e de outras matérias-primas agrícolas; etc.

O Estado do Ceará apresenta vantagens consideráveis com relação ao comércio internacional porque encontra-se localizado próximo aos maiores mercados mundiais e às

mais importantes rotas de navegação, distando cerca de 9 dias, de navio, do Mercado Comum Europeu, e 10 dias da América do Norte.

O novo Aeroporto Internacional do Pinto Martins, inaugurado em fevereiro de 1998, tem vôos para as principais cidades da Europa e Estados Unidos e prevê-se um crescimento no movimento da carga aerotransportada. O Estado conta ainda no interior com os Aeroportos de Juazeiro do Norte, Sobral e Iguatu.

A que considerar também que o Porto de Mucuripe, em Fortaleza, embarcou em 1997 6.306 toneladas e 6.628 toneladas em 1998. Esse movimento de embarque é recente e iniciou-se a partir de 1994 com remessa para o exterior de 7.000 toneladas. Nos anos recentes a exportação de frutas cai para uma média de 5,5 mil toneladas anuais. As previsões portuárias projetam um volume de exportações, notadamente de melão e manga de 22.000 toneladas no horizonte do ano 2.020. Encontra-se em construção do Complexo Industrial do Pecém, a 47 Km da capital.

A construção do Açude Castanhão visa aumentar a vazão do Rio Jaguaribe, de 22 para 57 metros cúbicos por segundo. Haverá uma expansão na área irrigada em 43 mil hectares assegurando o abastecimento de água ao Baixo Jaguaribe e da Região Metropolitana de Fortaleza.

Quanto aos financiamentos para investimentos no Estado do Ceará, em 1994 foram concedidos apenas 3 financiamentos a produtores de mamão no valor total de R\$ 2.700,00 e foram beneficiados somente 3 produtores de melão no valor absoluto de R\$ 9.787,00; já em 1995 foram concedidos 13 financiamentos a produtores de mamão com um montante total R\$ 98.468,00 e foram beneficiados 14 produtores de melão no valor total correspondente a R\$ 293.192,0.¹⁴ (IBGE).

A Tabela 3.1 a seguir evidência a produção de frutas mostrando a área plantada em hectares no Ceará em 1998.

¹⁴ Anuário Estatístico, Ce. IBGE, 1995

Tabela 3.1 - Área e Produção de Frutas do Ceará para 1998

<i>Produto</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção</i>
Melão (1000 frutos)	1.587	35.587
Abacaxi (1000 frutos)	11	54
Acerola (t)	1.652	10.561
Banana (1000 cachos)	43.904	35.752
Coco-da-Baia (1000 f)	43.126	143.530
Laranja (1000 frutos)	1.369	75.727
Mamão (1000 frutos)	1.364	51.967
Manga (1000 frutos)	2.954	111.175
Maracujá (1000 frutos)	2.488	278.536

Fonte: IBGE

A Tabela 3.2 a seguir evidência a produção de frutas mostrando a área plantada em hectares no Ceará e o valor da produção no período de 1997 à junho de 1998 e a Tabela 3.3 mostra os produtos bem como os municípios do estado onde podem ser encontrados.

Tabela 3.2 Ceará - Área, produção e valor da produção

Produto	Área (ha)		Produção		Valor da produção - mil R\$	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Abacaxi (mil frutos)	6	9	50	83	40,0	66,4
Banana (t)	44.087	46.037	31.767	31.364	114.361,2	144.274,4
Laranja (mil frutos)	1.306	1.427	76.932	82.819	5.265,1	4.770,3
Total	491.531	422.237	334.768	206.376	172.870,1	14.9111,1

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático de Produção Agrícola, dez/1997 a jun/1998

Tabela 3.3 Regiões Fruticultoras do Estado do Ceará - 1998

Produto	Municípios
Banana Prata	Baturité, Maranguape, Palmácia, Uruburetama e Pacoti
Maracujá	São Benedito, Ubajara, Guaraciaba, Tianguá e Ibiapina
Laranja	Russas, Ubajara, São Benedito e Limoeiro
Mamão	Maranguape, Paraipaba, Pereiro e São Benedito
Melão, Melancia	Baixo Jaguaribe, Aracati e Pacatuba
Manga	Pindoretama, Aquiraz, Eusébio, São Benedito e Mauriti
Acerola	Russas, Limoeiro do Norte, Jaguaruana e Maranguape

Fonte: Sindifruta

3.1 Projetos de Irrigação/Açudagem no Estado do Ceará

É importante ter claro que a agricultura irrigada, cuja água constitui um custo real para o produtor exige culturas compatíveis em termos de produtividade e preços com a remuneração dos insumos. Nesse sentido, e dado as condições climáticas favoráveis do semi-árido, o binômio irrigação-fruticultura deve ser necessariamente estabelecido.

Em decorrência da intervenção das obras do DNOCS, no Estado do Ceará, encontram-se em operação os seguintes projetos de irrigação/açudagem: Jaguaribe-Apodi e o Araras Norte e em fase de construção das obras civis os projetos de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú. Em seguida é possível conhecer alguns aspectos e características desses projetos:

1) Projeto Araras Norte

Situa-se na região norte do Estado, nos municípios de Varjota e Reriutaba, influenciando, também, o Município de Cariré. Sua fonte hídrica é o açude público Paulo Sarasate com capacidade de armazenamento de 1,0 bilhão de m³.

Principais culturas a serem desenvolvidas: o feijão, a banana, a melancia, a uva, o tomate e o melão. Segundo dados oficiais, serão gerados 1.835 empregos permanentes diretos e 3.670 indiretos, beneficiando uma população estimada em 52.000 pessoas residentes nas sua área de influência;

2) Castanhão

O reservatório terá capacidade para acumular 6, bilhões de m³ de água. A concepção do projeto do açude Castanhão teve como base principal atender a seis objetivos básicos:

2.1) Desenvolvimento Hidroagrícola - segundo dados do DNOCS a construção do Castanhão vai viabilizar a irrigação de 43.000 de terras férteis, gerando 94.000 empregos permanentes;

2.2) Controle de Enchentes;

2.3) Desenvolvimento da Pesca - o pescado a ser produzido no açude Castanhão, além de atender a demanda das populações circunvizinhas, terá seu excedente exportado, na forma de salgada e resfriada;

2.4) Aproveitamento Hidrelétrico - pretende-se implantar uma usina com potência instalada em torno de 22,5 Mw, a vazão nominal de geração de 70m³/segundo, estimando-se em 90.500 Mwh a energia média anual gerada por esta usina;

2.5) Abastecimento d'água;

2.6) Desenvolvimento Turístico, Recreação e Lazer.

3) Curu-Paraipaba

Situa-se na região sudoeste-nordeste do Estado, no trecho final da bacia do rio Curu. Sua fonte hídrica é o rio Curu, perenizado pelas águas dos açudes General Sampaio, Pereira de Miranda, Caxitoré, Frios e Tejussuoca tendo uma capacidade de armazenamento de 322 milhões, 395 milhões, 202 milhões, 33 milhões e 29 milhões de m³, respectivamente;

4) Tabuleiros de Russas

Encontra-se localizado no nordeste do Estado, na região do Baixo Jaguaribe, abrangendo os municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova. O Sindifruta em conjunto com outras instituições está implantando uma área demonstrativa de tecnologias para a produção irrigada. A ênfase a ser dada no projeto é a produção de fruticultura irrigada que vai destinada aos mercados regional, nacional e internacional.

A proximidade do projeto ao porto e o aeroporto de Fortaleza, com acesso pela BR 116, oferece excelentes condições para o estabelecimento estratégico de um pólo agro-industrial para processamento de sucos, de conservas vegetais, de concentrados congelados e embalagens de frutas tropicais para exportação.

O Governo do Estado estima em 7.400 os empregos permanentes diretos e 14.800 indiretos que serão gerados quando o projeto estiver em pleno funcionamento;

5) Jaguaribe-Apodi

Estando a cargo da Secretaria de Recursos Hídricos, situa-se na região nordeste do Estado do Ceará, na chapada do Apodi, no Município de Limoeiro do Norte. O Rio Jaguaribe é a fonte hídrica do projeto, sendo perenizado pelas águas do açude Público Orós, com capacidade de armazenamento de 2,0 bilhões de m³;

6) Baixo Acaraú

Situa-se na região norte do Estado do Ceará, no trecho final da bacia do rio Acaraú, abrangendo os Municípios de Acaraú, Bela Cruz e Macro. O rio Acaraú é a fonte hídrica do projeto, perenizado pelas águas dos açudes Paulo Sarasate, Edson Queiroz e Jaibaras, com capacidade de armazenamento de 1,0 bilhão; 250,5 milhões; e 104,4 milhões de m³, respectivamente.

O Sindifruta em conjunto com outras instituições está implantando uma área demonstrativa de tecnologia para a produção irrigada. Serão desenvolvidas culturas como algodão, feijão, amendoim, melão, cenoura, tomate, maracujá, manga e citrus.

7) Jaguaruana

Situa-se em Jaguaruana a 185 Km de Fortaleza. A fruticultura irrigada se apresenta como uma alternativa viável e rentável para a mudança sócio-econômico do perímetro irrigado Jaguaruana.

3.2 Programa Cearense de Agricultura Irrigada - PROCEAGRI

O PROCEAGRI propõe soluções para as questões consideradas relevantes, objetivando converter em vantagens competitivas todas as vantagens comparativas, vistas no começo deste capítulo, com o objetivo de desenvolver a agricultura irrigada.

Os objetivos desse programa podem ser divididos da seguinte forma:

(a) Objetivo geral:

Contribuir para a expansão e a diversificação da produção agrícola em bases sustentáveis, com o uso intensivo da tecnologia da agricultura irrigada.

(b) Objetivos específicos:

Introduzir a hortifruticultura irrigada como atividade prioritária a ser explorada; Reduzir os desequilíbrios regionais, do ponto de vista econômico e social; Desenvolver a agroindústria; Aumentar e melhorar a oferta de emprego no meio rural e cidades no interior; Etc.

As políticas de ocupação do solo foram assim divididas:

(a) Área dos programas públicos:

Os lotes serão vendidos para pagamento no prazo de 12 anos, mediante processo de licitação pública, podendo um mesmo licitante concorrer em mais de um lote.

Os pretendentes adquirentes deverão satisfazer as seguintes condições fundamentais: pequenos produtores/profissionais de Ciências Agrárias devem ter participado nos programas de formação de irrigantes ou de reciclagem técnica promovido pelo PROCEAGRI e as empresas devem satisfazer as seguintes condições: experiência empresarial bem sucedida; organização empresarial e capacidade gerencial ; co-inversão de capital próprio, como fator de viabilização do empreendimento; etc.

(b) Áreas privadas

São as mesmas para o setor público. Porém as ações básicas devem ser: normatização e padronização de produtos, equipamentos e insumos agrícolas; defesa sanitária vegetal; credenciamento de instituições que certifiquem equipamentos e insumos; etc. As ações de suporte - as atividades pertinentes cobrirão os seguintes campos: conhecimento científico e tecnológico; incentivo fiscal e tarifário; concessão de crédito rural; capacitação de recursos humanos; etc.

O programa apoia-se no lançamento da marca " Brazilian Fruit" e a expectativa é que, no final de 4 anos, as exportações nacionais de frutas estejam na casa dos U\$ 700 milhões/ano.

O PROCEAGRI deverá integrar-se ao esforço promocional realizado à nível nacional, com o objetivo de promover as frutas produzidas no Ceará, estando programada a implantação de sistema de certificação (selo de qualidade), com a conseqüente criação e lançamento de marca própria, isso garantir uma maior confiabilidade que os produtos com marca inspiram ao consumidor, refletindo tanto sobre melhores preços como sobre o aumento das quantidades vendidas.

A principal meta desse programa é implantar, nos próximos 4 anos (1999-2002), 50.000 hectares de agricultura irrigada no Estado, priorizando a exploração de lavouras de maior densidade econômica, como fruticultura e hortaliças.

Conclusão

Em relação às políticas agrícolas brasileiras adotadas até a crise de 1929 podemos concluir que elas se reduziram, única e exclusivamente, a política do café. Porém, com a desagregação do complexo cafeeiro até a estruturação dos complexos agro-industriais, nos anos 70, os agricultores passaram por várias modificações, como por exemplo, a especialização da produção. A política agrícola de preços mínimos foi a mais adotada na década de 80, a famosa década perdida.

A nova política agrícola, década de 90, deve capacitar o setor agrícola a se tornar um pólo de crescimento e de inovação, junto à economia mundial globalizada, oferecendo ao consumidor sempre maiores quantidades e melhores produtos agrícolas, não ficando de fora do mercado, isto é, sem deixar de se integrar ao mercado competitivo e excludente.

A que se considerar também, que atualmente, o consumidor está mais exigente em termos de qualidade dos produtos, isto é, tal exigência inclui além de aspectos intrínsecos aos produtos, relacionados com a cor, o aroma, a textura e a acidez; a questão da higiene dos alimentos, o que remete o problema para a área da fitossanidade. Portanto, é preciso incentivar o fruticultor a tomar mais cuidados com o produto exibido e com o meio ambiente.

Portanto, os esforços devem se concentrar na adaptação das políticas ao fato de que a viabilidade das zonas rurais não dependam mais unicamente da agricultura como é o caso da fruticultura. Mas estejam enquadradas em estruturas de redes complexas envolvendo todos os elementos da cadeia produtiva, e de distribuição.

Em relação ao Nordeste, pode-se concluir que dado a excelente localização geográfica em relação aos blocos econômicos mundiais, o Nordeste pode ser melhor aproveitado para a fruticultura, a partir da expansão do cultivo e exportação de frutas tropicais, possibilitando a geração de mais empregos e melhores condições de vida no campo.

Em relação ao Estado do Ceará pode-se concluir que existem possibilidades concretas de aumentar a produção, alcançar mais mercados e competir com outros países devido as suas condições climáticas, técnicas e em número de áreas irrigadas. No entanto, a análise do potencial no Ceará requer um melhor conhecimento das estruturas e organização desse mercado, de suas restrições, tanto a nível de regional quanto nacional.

Para finalizar podemos apresentar algumas providências que deveriam ser tomadas, pelo Governo Federal, para o desenvolvimento da agricultura e particularmente da fruticultura:

a) O fortalecimento das instituições de pesquisadores agrônomos de excelência reconhecida;

b) “Maior articulação governamental com os produtores, para a utilização dos mecanismos da Organização Mundial de Comércio (OMC) contra práticas de comércio desleal para cobrir as políticas de proteção por parte de outros países”;

c) “A articulação com o setor privado para otimizar a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade em várias cadeias produtivas, desde a produção da matéria-prima até o produto final”;

d) “A aceleração dos programas de redução de custeio portuários, de transporte e de infra-estrutura em geral, que afetam os custos de comercialização e reduzem a competitividade”; e

e) O aprimoramento das diretrizes relacionadas ao zoneamento agropecuário.¹⁵

¹⁵ Revista Econômica do Nordeste (REN). Fortaleza, v.28, p. 499-518, out/dez, 1997

BIBLIOGRAFIA

- _____. Perfil da Agropecuária Brasileira. **Confederação Nacional da Agricultura (CNA)**. Brasília/DF, p. 38 e 39, 1996.
- BRUM, ARGEMINO J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 14^a ed. Juí, RS: Vozes, 1995.
- BRUM, ARGEMIRO LUÍS. **O Futuro das Políticas Agrícolas (Final)**. FecoAgro/RS disponível na internet, <http://www.redeagro.tche.br/fecotrigo/jornal/politica.htm> – 26/01/1999.
- CALVANTI, JOSEFA SALETE BARBOSA - USP. **Frutas para o Mercado Global**. Estudos Avançados, v.11, n.29, jan./abril 1997.
- CEARÁ. Governador 1995-99 (Tasso Jereissati). Mensagem à Assembléia 1997. Fortaleza/Ce. IPLANCE, p. 158, 1997.
- DNOCS. O Pioneirismo na Luta pelo Desenvolvimento do Nordeste. **DNCS Especial**, Fortaleza – Ce, p. 3-40, dez/97.
- DNOCS. Oportunidades de Investimentos em Agricultura Irrigada no Estado do Ceará. Projeto Novo Modelo de Irrigação. Brasília-DF, p. 3-19, abril/1998.
- FERREIRA, A. E SMITH, R. CDC - Companhias Docas do Ceará. **Análise do Fluxo de Cargas do Porto de Fortaleza**. Fortaleza, 1998.
- GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste (REN)**. Fortaleza, v.28, n. 4, p. 387-432, out/dez 1997.
- MELO, THALES CHAVES DE. **O Nordeste e o Mercosul**. Economia do Nordeste, UFC. 98.1.

- OLIVEIRA, ANA CRISTINA SALES. **A Fruticultura Tropical Irrigada como Alternativa para o Desenvolvimento da Região Nordeste.** Monografia do Curso de Ciências Econômicas - UFC. Fortaleza, outubro de 98.
- PEREIRA, SUZANA. A Agricultura: Sob a Ditadura da Seca. Balanço Anual, 1996/1997. **Gazeta Mercantil**, n.2, Ano II, p. 3-46, set/1996.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA IRRIGADA. Programa Cearense de Agricultura Irrigada. PROCEAGRI. Governo do Estado do Ceará, 1999.
- SILVA, ALDENÔR DA. **O Pólo de Fruticultura Irrigada do Rio Grande do Norte**, 1998.
- SILVA, JOSÉ GRAZIANO DA. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira** - UNICAMP, SP, 1996.
- SINDIFRUTA. [http:// www. sindifruta. com.br./ ceará.htm](http://www.sindifruta.com.br/ceará.htm) – 31/01/99.
- SINDIFRUTA. [http:// www. sindifruta. com.br./ economia.htm](http://www.sindifruta.com.br/economia.htm) – 31/01/99.
- SINDIFRUTA. [http:// www. sindifruta. com.br./ irrig.htm](http://www.sindifruta.com.br/irrig.htm) – 31/01/99.
- SINDIFRUTA. [http:// www. sindifruta. com.br./ projs.htm](http://www.sindifruta.com.br/projs.htm) – 31/01/99.
- SOUZA, HERMINO RAMOS DE. Agricultura e Política Agrícola no Nordeste: do GTTN à Liberalização Comercial. **Revista Econômica do Nordeste - REN**. V.28, n. 4, p. 499-518, out./dez 1997.
- VASCONCELOS, MARCO ANTÔNIO SANDOVAL. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1996.